

## Cenário atual e perspectivas de pesquisa em Saúde Coletiva na Amazônia

Diversos indicadores demonstram a defasagem científica e tecnológica da Amazônia em relação às outras regiões do país, como o reduzido número de doutores e de grupos de pesquisa e a escassez de recursos para o fomento que geram a baixa produção científica. No plano intra-regional persiste a assimetria entre as unidades federadas da região, evidenciando-se a concentração de recursos e iniciativas no Pará e Amazonas.

A limitada capacidade instalada em pesquisa das instituições locais está diretamente ligada ao pequeno número de programas de formação de pesquisadores de alta qualificação, uma variável com implicações diretas na capacidade de produzir ciência inovadora.

Iniciativas como o *Plano Plurianual 2004-2007* e a abertura de editais de pesquisa em saúde pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fundações de Amparo à Pesquisa, que viabilizam um fluxo crescente de recursos para as instituições amazônicas e, os sucessivos planos de incentivo à formação de pesquisadores, como o *Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação* e o recente *Acelera Amazônia*, ainda não foram capazes de reverter esse quadro.

O perfil atual da pesquisa e da pós-graduação, concentradas nas instituições de ensino superior públicas federais e em institutos de pesquisa não-universitários é majoritariamente voltado para as pesquisas biológicas, sendo notável a parca produção científica com a dimensão “humana” da Amazônia. Neste cenário, é ainda mais notável a carência de investigações no campo da Saúde Coletiva. Apenas Rondônia e Amazonas contam com iniciativas, ainda incipientes, que futuramente poderão romper o ciclo vicioso da falta de programas de pós-graduação, que inviabiliza a organização de linhas permanentes e estruturadas de pesquisa em saúde coletiva, perpetuando a indigência de conhecimento sistemático sobre a realidade regional.

A geopolítica estabelecida pelo ambientalismo mundial tem realçado a pesquisa da biodiversidade amazônica e, embora reconheça a importância das populações regionais para a gestão do desenvolvimento sustentável, restringe sua participação à condição de “conhecedores” da floresta, deixando de lado o conhecimento das desigualdades sócio-econômicas e sua relação com as políticas públicas de saúde que influenciam no perfil mórbido da população. O necessário incentivo à pesquisa e pós-graduação em Saúde Coletiva na Amazônia pode favorecer a superação dos enfoques estritamente biológicos, dando lugar a abordagens ecossistêmicas capazes de apreender a complexidade das condições de vida dos 20 milhões de habitantes da Amazônia e sua influência na produção e modulação do perfil endêmico-epidêmico, que é, atualmente, menos dependente das relações com a natureza, e mais ligado às condições urbanas de vida na região.

*Luiza Garnelo*

*Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, Brasil.  
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil.  
luiza.garnelo@amazonia.fiocruz.br*

*Roberto Sena Rocha*

*Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, Brasil.  
rsrocha@amazonia.fiocruz.br*